

ANC
pg 3

Tendências/Debates

ANC 88
Pasta 05 a 08
fev/87
019

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A vez do Congresso

FRANCISCO C. WEFFORT

Se a pesquisa da LPM, publicada no último número da revista "Veja", traduz o verdadeiro pensamento dos nossos constituintes, o Brasil de 1987 se mostrará capaz de alguma mudança política e nenhuma mudança social. Reformas institucionais sim, até mesmo algumas inovações. Mas não se vai mexer em uma polegada sequer da estrutura social. É a velha dissociação entre a reivindicação da liberdade política e as lutas pela igualdade social que caracteriza toda a nossa história política e que ressurge, de modo nítido, na consciência daqueles que se acham encarregados de escrever a nossa nova Constituição.

Pesquisas são pesquisas, não reproduzem a realidade, apenas oferecem indicações sobre ela. Além disso, é possível que algumas opiniões que os constituintes manifestaram individualmente aos pesquisadores venham a mudar nos debates públicos dos partidos e do Congresso. Em todo caso, é interessante saber, por exemplo, que 50,7% dos constituintes pensam que as Forças Armadas "devem ter competência para zelar também pela segurança interna do país", não apenas pela defesa externa da soberania nacional. Duvido que o número dos que assim se manifestaram diminua no debate público, isto é quando tenham de prestar contas de suas opiniões a todo mundo... inclusive às próprias Forças Armadas. E também é interessante saber que 60,7% dos constituintes opinam contra a "legalização do aborto", porcentagem que pode até aumentar quando tenham que se manifestar diante de todos, ou seja, até mesmo diante da Igreja Católica.

Não há nada de novo, ouço alguém dizer. O processo de transição vem correndo por trilhos conservadores desde a política de "distensão" do general Ernesto Geisel. O fruto maior da transição "lenta, gradual e segura" é o Congresso constituinte que aí está. Depois de tudo o que sabemos sobre o que tem sido a participação dos mandantes do regime militar, bem como dos compromissos e transações que têm prevalecido nas áreas mais conservadoras das antigas oposições, não se poderia esperar coisa muito diferente. O que parece caber à Constituinte é apenas a formulação institucional do "pacto político" que as classes dominantes neste país estabeleceram durante o processo de transição.

As novidades, portanto, só podem ser institucionais, não sociais. Por exemplo, parece haver uma clara consciência entre os constituintes sobre a necessidade do restabelecimento dos poderes do Congresso. Também há maioria para o voto distrital e para o parlamentarismo. Depois de vinte e dois anos de jejum, o Congresso volta com ganas de poder (no que, aliás, é favorecido por



todas as dificuldades que José Sarney vem enfrentando na Presidência). E reconhecemos, desde logo, que se um regime de Congresso forte (o qual tende para alguma forma de parlamentarismo mas que pode vir a ser também um presidencialismo atenuado) se não muda nada no plano social, promete consequências político-institucionais importantes.

É tempo de os partidos e lideranças de esquerda começarem a discutir também no plano institucional o tipo de democracia que vem por aí. Como sabemos, o Congresso constituinte que aí está nasce — no seu formato institucional e nos seus pressupostos políticos — de sucessivas derrotas da esquerda e da hegemonia dos liberais no processo de transição. Esta transição caminhou até aqui sem as rupturas democráticas que seriam de desejar e, ao que parece, continuará sem rupturas até o pleno restabelecimento de algum regime de democracia política no país. Que a esquerda faça a crítica do caráter conservador da transição, é perfeitamente compreensível. Que tente ampliar o campo do possível, forçando a entrada na Constituinte dos temas de amplo alcance social, é absolutamente necessário. Mas que deixe de lado,

como de significação menor, a temática institucional, seria uma ingenuidade.

Na clássica e histórica separação entre a reivindicação da liberdade política e a da igualdade social está embutida uma especialização de funções. Os de cima cuidam do poder do Estado e do seu exercício. Os de baixo brigam para garantir o pão e, se possível, o leite das crianças. Na separação entre a questão social e a questão institucional está aquilo que é essencial ao discurso liberal clássico. O abandono da temática institucional — ou seja da temática referente à organização e ao exercício do poder de Estado — pode ser uma tentação para a esquerda já que este é um campo no qual ela se acha em minoria. Evidentemente o discurso sobre o poder é sempre mais fácil para os donos do poder. Discutir as questões institucionais é, nestas circunstâncias, discutir no campo do adversário. Ainda assim é necessário, indispensável que a esquerda o faça. De outro modo, ela será apenas o outro lado da moeda liberal.

Uma democracia de Congresso forte será, sem dúvida, nas circunstâncias atuais, uma democracia conservadora. Neste sentido, os dados da

pesquisa da LPM confirmam o que muitos vêm prevendo desde há algum tempo. Mas será, provavelmente, menos conservadora do que o presidencialismo que pode estar surgindo dos interesses que hoje se articulam à volta do Executivo presidido por José Sarney. O presidencialismo, no Brasil, contribuiu hoje e contribuiu sempre para o crescimento do poder das burocracias, das tecnocracias e, em particular, dos militares pela simples razão de que regimes presidencialistas tendem a ser menos transparentes do que os regimes parlamentaristas. No fim das contas, os grandes interesses sempre têm acesso mais fácil ao sigilo dos gabinetes burocráticos do que aos gabinetes parlamentares devassáveis pelo olhar atento de qualquer deputado.

É evidente que o Congresso, quando toma a forma de Constituinte, será tentado a legislar em causa própria. Isso que foi ruim na origem porque atropelou a tese de uma Constituinte livre, exclusiva e soberana, pode envolver pelo menos um aspecto positivo. Se a ditadura militar era uma forma extrema de concentração de poder no Executivo, talvez o Congresso que agora tem a sua vez possa empurrar o carro no sentido contrário propiciando alguma mudança institucional no país. É claro que o crescimento dos poderes do Congresso está relacionado com os temas do sistema eleitoral e da organização partidária. Um regime congressional deve ser também um regime de partidos fortes e estes, para existirem, dependem de uma revitalização dos mecanismos representativos, a começar pelo voto.

São questões que se colocam dentro do "pacto político" que estabelecem entre si os grupos que compõem as classes dominantes neste país. É evidente, as classes dominantes estão, em razão do seu controle social e político sobre a transição, tratando de organizar a "sua" democracia. Tal seria se, depois de tudo, fossem organizar a democracia dos dominados. O problema é que uma democracia política, mesmo uma democracia que nasce sobre pressupostos tão conservadores, nunca é apenas daqueles que a organizam e dirigem. Mesmo conservadora, uma democracia contém sempre contradições que podem impulsioná-la no rumo da sua própria transformação e, se fizermos por merecer, da transformação da sociedade. Esta é uma das pontas que permitirá um dia chegarmos a vincular, na história deste país, as lutas pela igualdade social e a construção de um regime de verdadeira liberdade política.

FRANCISCO CORRÊA WEFFORT, 49, é professor-titular de Ciência Política na USP, pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e autor dos livros "Por que Democracia?" e "O Populismo na Política Brasileira".